



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido
Operário Revolucionário

(11) 95446-2020 pormassas.org

N. 41 3/10/2024



Um ano de destruição e carnificina na Faixa de Gaza Guerra no Oriente Médio Por uma poderosa frente única anti- imperialista para acabar com a guerra e o genocídio do povo palestino!

Era previsível que a intervenção do Estado de Israel na Faixa de Gaza não ficaria circunscrita à operação militar de devastação das cidades, caça ao Hamas e matança de civis palestinos. Isso por que o objetivo final não explicitado pelo governo israelense é o de anexar por completo o que restou do território da Palestina. O cerco econômico, social e militar à Faixa de Gaza e à Cisjordânia se fez à custa de confrontos e guerras permanentes. Desde que se constituiu o Estado de Israel em 1948, a história da Palestina foi marcada pelo processo de expulsão dos palestinos e anexação territorial. Chegou-se ao extremo de confinar entre 2,1 a 2,4 milhões de palestinos na Faixa de Gaza, reconhecidamente como um campo de concentração. E 3,2 milhões na Cisjordânia, mantida como um protetorado. Foram expulsos da Palestina e se tornaram refugiados 7,3 milhões. Ficaram impedidos de retornarem.

Basta esse processo para não se ter nenhuma dúvida de que o Estado de Israel somente pôde ser implantado como uma extensão tardia do colonialismo. Para isso, se constituiu como um enclave do imperialismo norte-americano no Oriente Médio. Sua subsistência não seria possível sem que se transformasse em uma potência militar, embora não fosse uma potência econômica. E somente alcançaria esse status no Oriente Médio com o financiamento estrutural pelos Estados Unidos, que o transformou em uma poderosa máquina de guerra. Foi dotado de armas nucleares.

A justificativa é de que se trata da única forma de garantia existencial do Estado judeu-israelita, rodeado de inimigos. A barbárie imposta à Faixa de Gaza leva o selo dessa justificativa. O campo de concentração no qual os 2,4 milhões de palestinos vêm sendo sufocados há décadas e as ações anexadoras na Cisjordânia também são justificadas por razões existenciais do Estado sionista. O impedimento de se constituir um Estado palestino, ainda que limitado nos termos dos Acordos de Oslo, tem a mesma explicação. Segundo essa noção histórica colonialista, os palestinos não têm direito à existência, uma vez que sua existência é

a negação da existência do Estado de Israel. De fato, os 76 anos de história da implantação do Estado de Israel são de opressão aos palestinos e imposição de condições coloniais à sua permanência. Essa contradição não se limita ao pequeno território palestino. Faz parte das mais profundas contradições do Oriente Médio e mundial, potenciadas após a partilha do mundo resultante da Segunda Guerra.

Nesse marco geral, é que se evidencia a raiz histórica da implantação do Estado sionista por uma decisão do imperialismo em 1947-1948. A causa histórica do povo judeu foi perfeitamente utilizada pelo capital financeiro, ou seja, pelas forças do imperialismo que reconfiguraram a ordem mundial a partir dos acordos de Yalta, em 1945. Os acontecimentos evidenciaram que o sionismo não poderia encontrar uma solução que de fato resolvesse a questão judaica. O povo judeu, atingido pela diáspora e pela dispersão, não teria como recompor sua unidade originária por intermédio dos meios e dos métodos do imperialismo. Eis por que o Estado sionista não cumpre a função histórica almejada pelo povo judeu, mas sim a função de instrumento do imperialismo norte-americano voltado à dominação no Oriente Médio. Essa é a questão existencial a que se refere Benjamin Netanyahu, para justificar a guerra que ultrapassa a Faixa de Gaza, atinge a Cisjordânia, envolve o Líbano e arrasta o Irã para uma conflagração geral no Oriente Médio. Concretamente, nas circunstâncias de um ano de guerra, ficou patente que a resistência do Hamas não oferecia nenhum perigo existencial para o Estado de Israel. O apoio do Hezbollah, também não. E o Irã o máximo que poderia fazer era continuar apoiando o Hamas e o Hezbollah, sem, contudo, oferecer qualquer risco existencial a Israel.

Os acordos de Abraão, traçados pelos Estados Unidos, desde 2020, vinham alinhando os países árabes em torno a um pacto de convivência com o Estado de Israel. O que implicava estabelecer uma unidade contra o Irã e os poucos Estados árabes que continuam a apoiar a causa dos palestinos. No fundo,

o imperialismo norte-americano vinha trabalhando para cercear a penetração da China no Oriente Médio e a influência da Rússia sobre a Síria e o Irã. A matança na Faixa de Gaza e a reabertura do conflito com o Líbano paralisaram as iniciativas dos Acordos de Abraão. Mas Israel continua protegido pelos países árabes, que nada fizeram para barrar a sua ofensiva genocida. É completamente falsa a tese do governo israelense de que tem de ir às últimas consequências na guerra, mesmo que incendeie o Oriente Médio, porque se trata da existência de Israel. Os seus aliados dizem que é uma guerra justa, porque é defensiva contra a organização terrorista do Hamas, que atentou em 7 de outubro de 2023 contra Israel. No entanto, dizem que é preciso ser proporcional e que não se deve sacrificar civis. O valor dessa hipocrisia está em evidenciar que em nenhum momento houve perigo existencial ao Estado de Israel. Pode-se argumentar que não se trata do aqui e agora, mas do futuro. Também nesse caso a justificativa é falsa.

As forças concretas que estão em confronto direto com Israel se limitam ao Hamas e Hezbollah. Indiretamente, as milícias Houtis do Iêmen lançaram mísseis para interferir na navegação no Mar Vermelho. Bastaram os contra-ataques norte-americano e inglês para neutralizar a escassa capacidade militar do grupo. A posição do Irã tem sido de manutenção do apoio à resistência palestina e libanesa, mas sem interferir nem direta, nem indiretamente com ações militares. O bombardeio com mísseis, em abril, foi uma resposta ao assassinato do dirigente do Hamas em Teerã, provocado por Israel. Antes disso, as Forças de Defesa de Israel haviam bombardeado a Embaixada do Irã em Damasco, Síria, assassinando importantes comandantes da Guarda Revolucionária Iraniana. Mesmo assim, o governo iraniano mostrou que era apenas preventivo, sem nenhuma consequência. Agora, o Irã deu uma segunda resposta, diante do assassinato do dirigente Hassan Nasrallah e da maioria dos dirigentes do Hezbollah. O ataque do Irã foi intenso, mas incapaz de romper a poderosa defesa israelense e norte-americana, que ainda contou com o auxílio da Jordânia.

A incursão por terra no sul do Líbano e a continuidade dos bombardeios aéreos, que já fizeram quase dois mil mortos, causando grandes destruições, tem sido mais uma etapa da confrontação que projetou a guerra para o Oriente Médio. É visível que nos cálculos das autoridades israelenses a conflagração deveria envolver diretamente o Irã. As várias iniciativas nesse sentido continuam uma declaração de guerra.

Os Estados Unidos e Israel vêm há muito agindo contra a independência nacional do Irã e a possibilidade de seu programa nuclear alcançar a bomba atômica. São conhecidas as ameaças de Israel de bombardear as usinas nucleares iranianas. Os Estados Unidos impuseram brutais sanções econômico-financeiras, sem, no entanto, conseguir dobrar a espinha dorsal do Irã. O governo Barack Obama obteve um acordo de “não-proliferação de armas nucleares no Oriente

Médio”, em 2015. Cerca de três anos depois, Trump rompeu o acordo e voltou a impor sanções. Essa movimentação se fez às expensas do segredo militar de Israel sobre sua capacidade atômica. O imperialismo, com o apoio de seus serviçais árabes e Israel, dita que pode e quem não pode obter armas nucleares. Ocorre que o capitalismo da época imperialista alcançou uma indústria militar capaz de causar a destruição da humanidade. Como então negar ao Irã o direito de ter seu programa nuclear e a capacidade de chegar à indústria nuclear? Aguarda-se a contraofensiva de Israel.

Biden declarou que os Estados Unidos não são favoráveis a um bombardeio das usinas nucleares iranianas. Esse tipo de declaração está desmoralizada, uma vez que os Estados Unidos procuram eliminar o programa nuclear do Irã e apoiam incondicionalmente a política de guerra de Israel. Certamente, não há um acordo geral entre as potências de dar carta branca ao governo de Netanyahu. É o que transpareceu da reunião do G-7, realizada paralela à reunião do Conselho de Segurança da ONU, que, por sua vez, esteve dividido e incapaz de impedir a proliferação da guerra no Oriente Médio. Em síntese, os últimos acontecimentos expressam o agravamento da crise no Oriente Médio, como parte da crise mundial do capitalismo que vem impulsionando a guerra comercial e as tendências bélicas.

As massas mundiais vêm acompanhando a ascensão dos confrontos militares desde o início da guerra na Ucrânia. A matança na Faixa de Gaza, por seu turno, gestou um movimento de defesa da Palestina. A passividade, porém, está em contradição com o ritmo acelerado da crise marcada pelas guerras na Europa e no Oriente Médio. É sintomático o fato das manifestações pró-palestinos terem sido retraídas e recuadas. Sem as mobilizações operárias e populares, o imperialismo continuará potenciando as confrontações econômicas e militares.

O momento exige da vanguarda que trabalhe no interior das organizações do proletariado e nos movimentos sob a bandeira de combate às guerras de dominação, pelo programa de ação de unidade dos explorados e pela estratégia socialista da revolução social. Está colocada no Oriente Médio a organização de uma frente única anti-imperialista para acabar com a guerra na Faixa de Gaza, Líbano e impedir que conflague de conjunto o Oriente Médio. No Brasil, essa linha proletária para ser encarnada pelos explorados tem de confluir com as necessidades mais urgentes da maioria oprimida, que se encontra mergulhada na pobreza, miséria e fome. A classe operária e os demais trabalhadores têm de identificar o imperialismo norte-americano como o maior dos perigos para a humanidade.

O Partido Operário Revolucionário, neste um ano de guerra do Estado sionista, tem se esforçado por organizar a luta do povo palestino sob a estratégia da República Socialista da Palestina e dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.